

# Por entre as ruínas do passado e da memória: um olhar sobre a rota atlântica da escravidão

FLÁVIA CAROLINA DA COSTA 

Universidade Federal de Mato Grosso | Cuiabá, MT, Brasil

flaviacarolinac@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe211691



HARTMAN, Saidiya. 2021. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 357p.

“Com que finalidade alguém evoca o fantasma da escravidão, senão para incitar as esperanças de transformar o presente?” é um dos questionamentos que norteia Saidiya Hartman na pesquisa e na escrita de *“Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão”*, publicado no Brasil pela editora Bazar do Tempo, em 2021. Movida pelo desejo de mapear a jornada que transformou seres humanos em escravos e de enfrentar a violência da linguagem dos arquivos sobre a escravidão (p.9), Hartman se dedica a narrar



e211691

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe211691>

sua própria trajetória de vida e de pesquisa em busca de entender como vidas negras africanas foram sendo tratadas e registradas ao longo do tempo e da história.

Nascida em 1961 nos Estados Unidos, Hartman é professora de literatura comparada na Universidade de Columbia, escritora e autora de vários livros dedicados aos estudos da história da escravidão e da literatura afro-americana, como *“Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais”* (2022), *“Vênus em dois atos”* (2020) e este *“Perder a mãe”*, publicado originalmente em inglês, em 2006, fruto de uma pesquisa financiada pelo Programa Fullbright, que a levou para Gana no final dos anos 1980.

Entremeando suas experiências pessoais com as pesquisas em Gana, Hartman relata que seu interesse por acompanhar a rota dos escravos surgiu quando ela tinha 12 anos e foi incentivado pelo bisavô materno, com quem ela pôde conviver de modo mais próximo. No exercício de se ocupar dela e de seu irmão, o bisavô os levava para passeios pela periferia rural do município de Montgomery, no estado do Alabama, sempre disposto a demarcar que todo aquele território, atualmente tomado pelas engrenagens do agronegócio, fora, outrora, terras de negros. É do esforço de retrair sua própria linhagem, seguindo o fio condutor da memória do bisavô, que Hartman observa que não conseguiu alcançar uma história muito distante de sua própria família, recuperando gerações, ou laços distantes, como via seus colegas brancos fazerem:

Não havia sobreviventes de minha linhagem ou parentes distantes a buscar, nem lugares ou pessoas anteriores à escravidão que eu pudesse rastrear. O rastro da minha família desapareceu na segunda década do século XIX (HARTMAN, 2021:14).

Consciente de que não buscaria em Gana uma vila ancestral capaz de remontar sua própria pertença familiar, a autora assume que escolheu o país por saber que era o que possuía mais calabouços, prisões e celas de escravos do que qualquer outro na África Ocidental, sendo então um importante entreposto de escravos, por sobre o qual se debruçaria, a fim de “reivindicar os mortos” e “considerar as vidas desfeitas e obliteradas na formação de mercadorias humanas” (p.13).

Atenta ao fato de que foram os europeus que estabeleceram a raça como um marcador hierárquico da vida humana, Hartman analisa o peso desta construção ao longo dos séculos, defendendo a tese de que a solidariedade racial entre os cativos, órfãos e exilados no contexto da escravidão era a expressão de uma linguagem de parentesco. A escravidão e seus efeitos eram, então, no limite, a impossibilidade de se estabelecer relações de parentesco. Escravos eram, assim, todos os “outros”, aqueles a quem as relações de parentesco não incluíam, os que foram tornados estrangeiros no esgarçamento da alteridade.

É justamente o “tornar-se” estrangeira, uma *obruni*, como designa o idioma nativo ganense, no momento em que mais procurava elementos que a conectassem com suas origens, que a autora experimenta de forma mais intensa e demarcada os efeitos da sobrevida da escravidão, que ainda perduram. Caminhando pela rota por onde mais de 700 mil cativos se deslocaram, Hartman tenta refazer os trajetos daqueles que, coagidos,

criaram uma nova cultura nas Américas e se recriaram a partir da ausência de pertencimentos.

Escavando o silenciamento dos arquivos e da história, *“Perder a mãe”* se estrutura em torno de 12 capítulos intensos e meticulosamente elaborados. Deslizando pela oficialidade dos documentos e os registros doloridos que sua própria experiência em Acra traziam, Hartman desconstrói o mito de uma “mãe ancestral”, afetuosa e acolhedora, tantas vezes imputado ao retorno à África e o confronto à realidade ruidosa e cheia de ruínas como o Castelo de Elmina – construção do século XV usada como depósito de pessoas escravizadas – para desbravar as desigualdades sociais e as dificuldades de acesso à saúde e educação que a população que vive em seus entornos experimentam no hoje, como um resquício dessa ferida nunca cicatrizada.

Os capítulos I e II são dedicados ao esquadramento da chegada em campo, ressentida por se perceber estrangeira, mas ciente das responsabilidades envolvidas em sua pesquisa e em sua estada ali, Hartman desenha primeiro suas impressões sobre a cidade e sobre a Universidade de Gana, onde esteve por um ano como pesquisadora, para, em seguida, abordar o encontro com o Castelo de Elmina, o maior entreposto da rota transatlântica na África Ocidental. Embalada por indagações afiadas como: “É negra ou preta?”, “O que você quer aqui?” e “Americanos vêm aqui para chorar, mas não deixam seu dinheiro quando se vão”, a autora vai descrevendo as dificuldades do início da pesquisa, entrecortada pela urgência desafiadora da história oficial versus a história não-oficial da escravidão a que ela própria, por entre escombros e hostilidades, procurava.

Dolorido, o capítulo III se dedica às “histórias clássicas da escravidão”, com “[...] linhagens de sangue sombrias e adulteradas, senhores predadores, pais desamparados e mães violentadas” (p.98), em um minucioso trabalho de análise da autora sobre os documentos e arquivos. No rastro da genealogia, os capítulos IV, V e VI abordam respectivamente, as cartas devotadas às crianças vendidas e despachadas no Atlântico, à Passagem do Meio – isto é, a própria travessia das pessoas escravizadas pelo Atlântico, e cuja nomeação se refere ao meio do caminho entre a captura em solo africano e a chegada no continente americano – e os calabouços construídos especificamente para o armazenamento de escravos, como os existentes no castelo de Cape Coast:

Como a maioria das pessoas ávidas por atravessar a soleira de um calabouço de escravos, eu desejava dar aos mortos seus devidos direitos. Mas não tinha certeza sobre como conseguir isso. O esmagamento daquele espaço vazio derrotava qualquer certeza sobre o poder da memória para impedir futuros crimes. Palavras como ‘esquecimento’ e ‘catástrofe’ passaram pela minha cabeça. No calabouço havia restos, mas não havia histórias que pudessem ressuscitar os mortos, exceto as que eu inventava (HARTMAN, 2021: 148).

No capítulo VII, denominado “Livro dos Mortos”, Hartman narra as histórias da travessia de todos aqueles que partiam pelo Atlântico, a bordo dos navios negreiros, sobretudo, o navio Recovery. Mas a história que poderia ter ficado restrita à contagem dos acordos comerciais, dos dias de viagem, dos custos e de tantas outras parafernalias técnicas,

ganha contorno e face: a face de muitas mulheres com as quais a autora se encontrou em suas investigações profundas. Mulheres arrancadas de seus pertencimentos, de seus territórios, violentadas, surradas e mortas:

Dizem que se você olhar o mar por muito tempo, cenas do passado renascerão. Dizem que o ‘mar é história’. E o ‘mar não tem nada para mostrar além de uma bem escavada sepultura’. Encarando o Atlântico, pensei na garota. Havia inúmeras outras enterradas no fundo do oceano (...)” (HARTMAN, 2021: 173).

Em *“Perder a mãe”*, título dado ao capítulo VIII, a autora desfia suas observações sobre a ausência do passado atribuída a todos aqueles e aquelas sobre quem recaiu o peso da escravidão. “O escravo parecia a única pessoa que deveria desconsiderar o próprio passado” (p.195), pondera Hartman ao analisar a ausência de registros que dessem conta da vida dessas pessoas antes do destino fatídico a que foram submetidas. Intrigada pela ausência dessa história e desse passado, ela analisa como em toda sociedade escravista o controle da memória e a eliminação de todas as evidências de uma existência anterior permitiu e facilitou a permanência da escravidão, como um meio de produção ritmado pelo colonialismo. Arrancar do outro a memória é, talvez, o mais perverso trabalho executado por todas as sociedades escravistas, pois seu sucesso depende, no mais das vezes, da compreensão da cultura do outro, naquilo que há de mais indizível: suas estratégias de guerra e sobrevivência.

Entre os nativos da África Ocidental, assim como entre muitos outros povos originários das Américas, ou como no Bocage francês, é a feitiçaria o idioma das estratégias de negociação. “Parler de sorcellerie, ce n'y est jamais pour savoir, mais pour pouvoir [...]” (Jamais se fala de feitiçaria para saber, mas para poder), nos lembra Jeanne Favret-Saada, em seu *“Les mots, la mort, les sorts”* (1977), e é justamente o domínio enunciado do poder que o controle da memória guarda. É contra ela (a memória) que toda sociedade escravista se volta, usando-se, para isso, de toda sorte de feitiçaria necessária em favor do turvamento das lembranças, do embaralhamento do passado, da nomeação e da fala como instrumentos de dominação e descaracterização do outro.

Hartman argumenta, então, que “perder a mãe”, isto é, esquecer o passado, é resultado de um rigoroso trabalho de feitiçaria aplicado aos cativos, pelas mais diferentes formas, em favor de um distintivo servil ancorado na raça. Nos capítulos IX, X e XI, a autora aborda as dificuldades embutidas em se descobrir não livre. Se a feitiçaria imposta aos cativos tirou deles o direito à memória imediata e o seu pertencimento ao passado, os “tempos difíceis” da escravidão não foram suficientes para impedir que o incômodo do desenraizamento perdurasse por todas as gerações futuras, e era exatamente por conta deste incômodo que ela, a autora, estava ali em Gana, naquela ocasião, tentando escavar as histórias que a abolição e a descolonização não foram capazes de concretizar.

Todavia, falar sobre a escravidão em Gana mostrava-se um grande desafio envolto em tabus variados, sobretudo o de que revelar as origens de alguém e retraçar genealogias poderia significar um enfraquecimento do Estado, de tal forma que os escravos eram, assim, “os fantasmas nas engenharias do parentesco” (p.245). Tocar no tema das relações de

consanguinidade e de afinidade era escancarar as desigualdades das relações constituídas nos tempos atuais, depois de passados os “tempos difíceis”.

No capítulo XII, o último do livro, a autora conclui que voltar as origens não era se deleitar em imaginárias realezas, mas sim reivindicar o legado dos fugitivos, em um território livre: “Era um sonho de autonomia em vez de nacionalidade. Era um sonho de um outro lugar, com todas as suas promessas e perigos, onde os párias podiam, enfim, prosperar” (p. 294).

“*Perder a mãe*” é, assim, uma obra importante no horizonte dos estudos sobre memória e relações étnico-raciais, na medida em que, renegando o esquecimento e o silenciamento, se apropria do passado e da lembrança como estratégias para reescrever a história do presente.

### Referências Bibliográficas

HARTMAN, S. 2021. “*Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*”. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 357p.

FAVRET-SAADA, J. 1977. “*Les mots, la mort, les sorts*”. Paris: Gallimard.

### sobre a resenhista

#### Flávia Carolina da Costa

Doutora e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-doutora pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos de Cultura Popular - Caleidoscópio (CNPq/UFMT).

**Autoria:** A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**Financiamento:** Bolsista de apoio técnico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, no âmbito do Projeto “Patrimônio cultural das populações negras da região central de Cuiabá: memória e turismo”.

Recebido em 08/05/2023.

Aprovado para publicação em 17/06/2023.